

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2015

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Celorico da Beira**, reportada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 9.007.587,31 € de despesa paga e um total de 9.178.629,61 € de receita cobrada, que inclui 148.558,51 € do saldo de gerência anterior), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 48.245.115,78 € e um total de fundos próprios de 14.389.096,13 €, incluindo um resultado líquido de 252.082,64 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade.
4. A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira e orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.



ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa	Dotação	Compromissos	Saldo	Grau Exec.	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec.	Grau Exec.
Cl.	Designação	Corrigida	assumidos	efectiva			Orç Dez 15	Orç Dez 14
1	Despesas com o pessoal	4 139 302,97	3 309 313,12	829 989,85	79,95%	3 262 991,98	876 310,99	78,83%
2	Aquisição de bens e serviços	7 004 514,33	6 656 699,06	347 815,27	95,03%	2 816 841,23	4 187 673,10	40,21%
3	Juros e outros encargos	2 929 814,94	1 983 592,16	946 222,78	67,70%	343 122,22	2 586 692,72	11,71%
4	Transferências correntes	419 544,87	379 312,18	40 232,69	90,41%	268 753,69	150 791,18	64,06%
5	Subsídios	265 100,00	265 000,00	100,00	99,96%	265 000,00	100,00	99,96%
6	Outras despesas correntes	1 451 592,85	342 239,10	1 109 353,75	23,58%	53 154,70	1 398 438,15	3,66%
	DESPESAS CORRENTES	16 209 869,96	12 936 155,62	3 273 714,34	79,80%	7 009 863,82	9 200 006,14	43,24%
7	Aquisição de bens de capital	6 847 114,71	6 423 032,72	424 081,99	93,81%	905 826,24	5 941 288,47	13,23%
8	Transferências de capital	212 918,61	182 688,83	30 229,78	85,80%	57 422,86	155 495,75	26,97%
9	Activos financeiros	64 600,00	64 600,00	0,00	100,00%	64 600,00	0,00	100,00%
10	Passivos financeiros	7 698 516,35	1 087 184,39	6 611 331,96	14,12%	969 874,39	6 728 641,96	12,60%
11	Outras despesas de capital	20,00	0,00	20,00	0,00%	0,00	20,00	0,00%
	DESPESAS DE CAPITAL	14 823 169,67	7 757 505,94	7 065 663,73	52,33%	1 997 723,49	12 825 446,18	13,48%
	TOTAL DE DESPESAS	31 033 039,63	20 693 661,56	10 339 378,07	66,68%	9 007 587,31	22 025 452,32	29,03%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita	Previsões	Receita Cobrada	Saldo	Grau Exec.	Grau Exec.
Cl.	Designação	Corrigidas	Líquida	Dez 15	Dez 14
1	Impostos directos	1 139 775,00	1 296 791,75	157 016,75	113,78%
2	Impostos indirectos	61 280,00	87 872,72	26 592,72	143,40%
4	Taxas, multas e outras penalidades	431 610,00	428 603,12	-3 006,88	99,30%
5	Rendimentos da propriedade	310,00	0,00	-310,00	0,00%
6	Transferências correntes	5 838 773,00	5 501 566,38	-337 206,62	94,22%
7	Venda de bens e serviços correntes	734 440,00	743 238,12	8 798,12	101,20%
8	Outras receitas correntes	35 830,00	98 054,44	62 224,44	273,67%
	RECEITAS CORRENTES	8 242 018,00	8 156 126,53	-85 891,47	98,96%
9	Venda de bens de investimento	110,00	0,00	-110,00	0,00%
10	Transferências de capital	804 195,00	860 003,27	55 808,27	106,94%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
12	Passivos financeiros	21 838 128,12	0,00	-21 838 128,12	0,00%
13	Outras receitas de capital	20,00	7 701,57	7 681,57	38507,85%
	RECEITAS DE CAPITAL	22 642 453,12	867 704,84	-21 774 748,28	3,83%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	6 239,73	6 229,73	62397,30%
16	Saldo da gerência anterior	148 558,51	148 558,51	0,00	100,00%
	OUTRAS RECEITAS	148 568,51	154 798,24	6 229,73	104,19%
	TOTAL DE RECEITAS	31 033 039,63	9 178 629,61	-21 854 410,02	29,58%

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rátios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14
Receita total / Despesa total	101,90%	101,52%	44,35%	31,96%
Receita corrente / Despesa corrente	116,35%	124,85%	63,05%	57,15%
Receita capital / Despesa capital	43,43%	44,95%	11,19%	8,50%
Despesa Pessoal / Despesa Total	36,22%	34,82%	15,99%	13,55%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	31,27%	24,55%	32,17%	22,55%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	10,06%	16,82%	31,04%	24,84%
Serviço da Dívida / Despesa Total	10,77%	14,87%	5,25%	27,93%
Receitas próprias / Despesa Total	31,27%	29,93%	13,61%	9,42%
Transferências recebidas / Despesa Total	70,62%	71,59%	30,74%	22,54%
Juros e outros encargos / Despesa Total	3,81%	3,02%	9,59%	7,53%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rátios de estrutura da receita	dez/15	dez/14
Receitas próprias / Receita total	30,69%	29,48%
Transferências recebidas / Receita Total	69,31%	70,52%

6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa acima, verifica-se que a execução do orçamento da despesa corrente se situa na ordem dos 43,24%, valor superior em 2,91 p.p. em relação ao verificado em igual período do ano anterior. De referir que as despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços e juros e outros encargos representam cerca de 87% das dotações corrigidas ao nível da despesa corrente (que compara com 94% no período anterior), pelo que tendencialmente a evolução da sua execução influencia a execução da despesa corrente.

Nos termos do justificado no ponto anterior, a execução orçamental das despesas com o pessoal ficou 0,2 p.p. acima do verificado em igual período do ano anterior. O grau de execução orçamental verificado, à semelhança do sucedido em períodos anteriores, está diretamente relacionado com a consideração em orçamento de itens antigos em dívida à "ADSE", igualmente relevados na contabilidade patrimonial, cujo pagamento ainda não foi possível de concretizar por dificuldades de tesouraria do Município (execução de 15,64%), situação que se deverá manter até à aprovação e obtenção do financiamento ao nível do FAM (Fundo de Apoio Municipal).

Com reporte à aquisição de bens e serviços, o grau de execução orçamental de 40,21% manifesta-se 8,59 p.p. acima do verificado em igual período do exercício anterior. Para que este indicador evidencie um grau

de execução muito moderado, verifica-se que as dotações corrigidas para os diversos itens desta rubrica são manifestamente superiores às despesas pagas, destacando-se os valores em dívida associados à aquisição de água para distribuição aos Municípios do concelho e valores em dívida pela aquisição de serviços diversos.

Adicionalmente, a rubrica de juros e outros encargos também apresenta um grau de execução orçamental que se pode considerar abaixo do expectável (11,71% contra 8,44% em 2014) essencialmente relacionado com a consideração dos juros associados ao PAEL/Reequilíbrio financeiro e cujos programas não estando em curso, afetam a execução da despesa desta natureza.

Quanto às rubricas relacionadas com despesas de capital, a aquisição de bens de capital, as transferências de capital e os passivos financeiros apresentam igualmente graus de execução orçamental bastante moderados de, respetivamente, 13,23%, 26,97% e 12,6%, ficando a aquisição de bens de capital 6,03 p.p. abaixo do verificado em igual período do ano anterior e, as restantes, 12,89 p.p. acima e 2,62 p.p. abaixo, respetivamente do verificado no período anterior.

A execução da aquisição de bens de capital encontra-se afetada pelo não pagamento dos imóveis de habitação social (processo MRG) e pelo não pagamento de despesa incorrida com infraestruturas consideradas em bens de domínio público (viadutos, arruamentos e obras complementares), cujos compromissos foram assumidos em anos anteriores.

No que respeita às transferências de capital, estas encontram-se afetadas pelo menor volume de pagamentos face às dotações corrigidas ao nível do apoio ao Associativismo e transferências para outros órgãos da Administração local (freguesias e Associações de Municípios). Relativamente aos passivos financeiros, o baixo grau de execução orçamental encontra-se relacionado com o facto de esta relação ser obtida entre o total das dotações corrigidas (empréstimos de médio e longo prazo) e os valores efetivamente pagos no exercício.

De uma forma genérica, os baixos graus de execução orçamental da despesa encontram-se relacionados com um baixo volume de despesa paga em relação ao valor das dotações corrigidas para a despesa resultantes do acumulado dos compromissos assumidos. Para esta situação contribuiu decisivamente o facto de ainda não se encontrarem aprovados os financiamentos a que o Município se candidatou através do programa "PAEL", "Reequilíbrio Financeiro" e "FAM" (Fundo de Apoio Municipal). Em 2016 é expectável que o contributo do programa "FAM" possa vir a fomentar a execução orçamental da despesa.

7. Na análise da execução orçamental da receita, verifica-se que a receita corrente apresenta um grau de execução de 98,96% (que compara com 105,23% verificados no ano anterior). Para o efeito contribuiu largamente a obtenção de receitas dos impostos diretos (IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, IUC – Impostos Único de Circulação, IMT – Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e

Derrama) e impostos indiretos (loteamentos e obras, taxas de resíduos sólidos e taxa municipal de direitos de passagem).

De destacar que a obtenção de transferências correntes apresenta uma execução orçamental de 94,22% (contra 102,32% no período anterior) essencialmente relacionado com transferências do Orçamento do Estado ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e com as receitas do parque eólico.

A venda de bens e serviços correntes apresenta um grau de execução orçamental que excede as previsões (101,20% que compara com 94,85% em igual período do exercício anterior) essencialmente justificado com a existência de valores cobrados superiores aos orçamentados na venda de mercadorias (água, publicações e impressos) e serviços diversos (especialmente a tarifa fixa de água e o saneamento).

Com reporte à execução da receita de capital, esta apresenta um grau de execução de 3,83% (contra 5,27% em 2014), essencialmente justificado com a não obtenção de passivos financeiros (reestruturação da dívida do Município associado aos programas de Reequilíbrio Financeiro, PAEL e FAM), cuja previsão corrigida ascende a 21.838.128,12 € (que compara com 23.803.591,43 € no final de 2014). Importa ainda referir que as transferências de capital foram executadas em valores acima dos previstos (grau de execução de 106,94% contra 98,44% verificados em 2014), facto associado às transferências de capital provenientes do Orçamento de Estado (FEF) obtenção de verbas associadas aos projetos cofinanciados e receitas para fazer face a beneficiações de conta do município em bens do património.

8. A receita corrente soma 8.156.127 € e as despesas correntes 7.009.864 €, pelo que as despesas desta natureza se encontram com adequado grau de cobertura (116,35% contra 124,85% em 2014) se considerarmos a ótica da despesa paga. Na ótica da despesa comprometida, verifica-se igualmente uma evolução do indicador (63,05% contra 57,15% em 2014).

Atendendo à relação receitas de capital/despesas de capital, e considerando o decréscimo de receitas de capital face a 2014 (1.324.473 € de receita em 2014 contra 867.705 € em 2015), a cobertura da despesa de capital pelas receitas da mesma natureza é de 43,43% em 2015 (contra 44,95% em 2014) na ótica da despesa paga e 11,19% (contra 8,50% em 2013) na ótica da despesa comprometida.

Globalmente, as receitas totais sofreram um decréscimo de 180.748 € face a 2014, pelo que o grau de cobertura da despesa total pela receita total é de 101,9% em 2015 (contra 101,52% em 2014) na ótica da despesa paga e 44,35% em 2015 (contra 31,96% em 2014) na ótica da despesa comprometida.

9. As receitas próprias somam o montante de 2.817.060 € (mais 57.495 €) que o verificado em igual período do exercício anterior (dado o efeito do acréscimo das receitas provenientes dos impostos diretos e indiretos), situação que permite que a despesa total seja coberta por receita própria na ordem dos 31,27% (quando em igual período do ano anterior este indicador era de cerca de 30%), situação que explica, além do valor de acréscimo da receita própria, pela diminuição da despesa total em 211.398 € (considerando a ótica da despesa paga).

10. A despesa comprometida em 2015 mostrou-se superior em 11.663.590,46 € euros em relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 20.124.906,17 € no final de 2014, constituindo este um indicador positivo em termos evolutivos já que em termos absolutos ainda continua a registar um elevado valor, situação justificada com a não implementação dos Planos de Reequilíbrio Financeiro, PAEL e FAM.

ANÁLISE ECONÓMICA

11. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		2015	%	2014	%
Cl.	Designação				
71	Vendas e prestações de serviços	555 407,04	6,03%	440 807,15	4,40%
72	Impostos e taxas	1 717 465,54	18,65%	1 845 096,86	18,42%
73	Proveitos Suplementares	188 298,10	2,04%	205 036,96	2,05%
74	Transferências e subsídios obtidos	6 055 824,82	65,75%	6 634 621,03	66,24%
75	Trabalhos para a própria entidade	47 103,01	0,51%	13 838,14	0,14%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	2 552,03	0,03%	1 445,26	0,01%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	644 216,01	6,99%	875 046,23	8,74%
	TOTAL DE PROVEITOS	9 210 866,55	100,00%	10 015 891,63	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		2015	%	2014	%
Cl.	Designação				
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	341 188,98	3,81%	384 447,19	4,57%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 914 497,98	21,37%	1 992 403,58	23,68%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	568 338,22	6,34%	439 774,73	5,23%
64	Custos com o pessoal	3 246 891,04	36,24%	3 176 042,61	37,75%
65	Outros custos e perdas operacionais	46 958,73	0,52%	30 088,65	0,36%
66	Amortizações do exercício	1 353 753,79	15,11%	1 327 871,90	15,78%
67	Provisões do exercício	514 734,53	5,75%	48 660,61	0,58%
68	Custos e perdas financeiros	786 134,45	8,78%	912 255,06	10,84%
69	Custos e perdas extraordinários	186 286,19	2,08%	101 043,11	1,20%
	TOTAL DE CUSTOS	8 958 783,91	100,00%	8 412 587,44	100,00%

12. Com referência à estrutura de proveitos e ganhos refletida no mapa 5 acima, verifica-se que os mesmos sofreram um decréscimo de 805.025,08 € (menos 8,04%) face ao verificado em 2014 (que compara com 789.397,49 € de acréscimo de 2014 face a 2013). O maior contributo para este decréscimo está relacionado com a rubrica de "Transferências e subsídios obtidos" (decrécimo de 578.796,21 € - 8,72% face ao verificado em 2014) e com os "Proveitos e ganhos extraordinários" (decrécimo de 230.830,22 € - 26,38% face ao verificado no final de 2014).

Relativamente à rubrica de impostos e taxas, também se verifica uma redução de 127.631,32 € (menos 6,92%) situação que está essencialmente relacionada com a variação de receitas com "IMI", "IMT", "IUC" e "Derrama" e receitas ao nível das taxas com saneamento e resíduos sólidos. Globalmente, em 2015, estas componentes das receitas (e dos proveitos) sofreram a seguinte variação (face a 2014):

DESIGNAÇÃO	PROVEITO 2015	PROVEITO 2014	VARIAÇÃO (VALOR)	VARIAÇÃO (%)
IMI	960.000,00 €	938 464,84 €	21.535,16 €	2,3%
IUC	142.179,56 €	143 215,20 €	-1.035,64 €	- 0,7%
IMT	56.894,27 €	121 970,33 €	-65.076,06 €	-53,35%
DERRAMA	106.500,00 €	114 990,00 €	-8.490,00 €	-7,39%
TX. SANEAMENTO	138.468,95 €	203.685,50 €	-65.516,55 €	-32,17%
TX. R. SOLIDOS	156.252,50 €	231.703,32 €	-75.450,82 €	-32,56%

Com reporte às "Transferências e Subsídios Obtidos", o decréscimo verificado resulta essencialmente das transferências de capital ao nível dos Fundos e Serviços Autónomos (menos 635.310,02 € - no ano de 2014 foram obtidos diversas transferências relacionadas com o Fundo de Coesão), pelo que sendo o decréscimo da rubrica de 578.796,21 €, a diferença justifica-se com acréscimos resultantes das transferências do Orçamento de Estado (FEF – Fundo de Equilíbrio Municipal e FSM – Fundo Social Municipal).

Ao nível dos "Proveitos e Ganhos" importa ainda destacar o decréscimo de 230.830,22 € (26,38%) na rubrica de "Proveitos e Ganhos Extraordinários", situações que explica, genericamente com o decréscimo relacionado com correções de períodos anteriores (correções de estimativas e de contas correntes de fornecedores).

No que se refere aos "Proveitos Suplementares" há a destacar o decréscimo de 16.738,86 € (menos 8,16%), facto diretamente relacionado com o decréscimo de rendas recebidas dos parques eólicos e rendas da EDP.

13. Atentando no quadro resumo dos custos e perdas, verifica-se que em relação ao ano de 2014 os custos do Município apresentam um acréscimo 546.196,47 € (6,49%) face ao verificado em 2014 (que compara com decréscimo de 315.991,86 € (3,62%) face ao verificado em 2013). Para esta variação contribui de

forma considerável a constituição de provisões no montante de 514.734,53 € (mais 466.073,92 € que em 2014), situação decorrente do processo judicial em curso pela entidade MRG (relacionada com a habitação social), onde são reclamados juros sobre o capital em dívida há vários anos.

Importa ainda destacar o acréscimo de 128.563,49 € (29,23%) face a 2014 na rubrica de "Transferências concedidas", situação em grande parte relacionada com transferências a favor da empresa municipal "EMCEL".

Nas restantes rubricas há a referir a diminuição ao nível dos FSE's (menos 77 905,60 € - 3,91%), nos encargos com juros (menos 126.120,61 € - 13,83%) e no custo da água vendida (menos 43.258,21 € - 11,25%), situações às quais contrapõe o acréscimo nos custos com o pessoal (mais 70.848,43 € - 2,23%), outros custos operacionais (mais 16.870,08 € - 56,07%) e amortizações (mais 25.881,89 € - 1,95%).

- 14.** Em resultado das variações acima identificadas e justificadas ao nível das contas de custos e de proveitos, verifica-se que os resultados do período que ascendem a 252.082,64 €, ficando aquém do resultado de 1.603.304,19 € verificado no final de 2014.

ANÁLISE FINANCEIRA

- 15.** As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/15	%	dez/14	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	124 097,60	34,80%	137 397,69	28,65%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	4 887,29	1,37%	4 756,35	0,99%
24	Estado e outros entes públicos	8 935,45	2,51%	87 803,23	18,31%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	218 704,07	61,33%	249 580,39	52,05%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	356 624,41	100,00%	479 537,66	100,00%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	356 624,41	100,00%	479 537,66	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/15	%	dez/14	%
2311	Empréstimos de curto prazo	488 936,81	2,54%	503 417,01	2,47%
221	Fornecedores c/c	2 629 201,14	13,66%	3 021 741,41	14,83%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1 454 141,33	7,56%	1 330 078,90	6,53%
217	Clientes e utentes c/cauções	27 802,41	0,14%	35 927,11	0,18%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	4 816 149,32	25,02%	5 324 826,17	26,13%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%
24	Estado e outros entes públicos	740 926,58	3,85%	760 069,73	3,73%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	4 606 602,22	23,93%	4 344 397,96	21,31%
	Total Curto Prazo	14 763 759,81	76,71%	15 320 458,29	75,17%
2312	Dívidas a instituições de crédito	4 482 762,60	23,29%	5 061 439,17	24,83%
2689	Outros credores	322 998,52	1,68%	387 598,52	1,90%
	Total Médio Longo Prazo	4 482 762,60	23,29%	5 061 439,17	24,83%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	19 246 522,41	100,00%	20 381 897,46	100,00%

16. Atentando no mapa de dívidas a receber acima, verificamos que estas apresentam um decréscimo de 122.913,25 € (menos 25,6%) face ao verificado no termo do exercício transato. Essencialmente, este decréscimo é justificado com menores valores a haver do Estado associado à recuperação do IVA.

17. Com reporte às dívidas a pagar, verifica-se, face a 2014 um decréscimo de 1.135.375,05 € (menos 5,6%) face ao verificado no final de 2014 (que por sua vez já compara com um decréscimo de 1.063.604,31 € - 4,96% face a 2013), essencialmente justificado com a diminuição da dívida bancária quer médio e longo prazo, quer de curto prazo (menos 593.156,77 €) e diminuição dos saldos em dívida a fornecedores (parte restante).

18. No âmbito da **Lei das Finanças Locais** (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro) - **Capítulo IV**, verifica-se que:

- a) Nos termos do n.º 1 do artigo 52.º, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A informação remetida à DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) reportada a 31 de dezembro de 2015, aponta o Município como tendo um montante em excesso de dívida no valor de 8.462.312 € (que compara com 9.813.369 € em dezembro de 2014). Contudo, importa salientar que o Município

procedeu à redução do excesso do endividamento de 13,77% comparativamente com o final de 2014, cumprindo assim o referido no do regime financeiro das autarquias locais (alínea a) do n.º 3 do artigo 52.º).

- b) Tendo em vista o saneamento financeiro do Município, este tem pendente de aprovação uma candidatura ao programa do "FAM", que apesar de não resolver o nível de endividamento, deverá possibilitar o pagamento de responsabilidades vencidas e o escalonamento da dívida com pagamentos futuros de capital e juros, situações a controlar por entidades oficiais, sendo o meio encontrado para reduzir de forma sustentada o endividamento do Município.
- c) Não tem vindo a ser cumprido o disposto no número 2 do artigo 40º que dispõe que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- d) Nos termos da Lei n.º 8/2012, com todas as suas alterações e atualizações subsequentes, verificam-se no município pagamentos em atraso, ou seja, existem contas a pagar que permaneçam nessa situação em mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. A informação reportada à DGAL faz referência a um prazo médio de pagamentos de 1.396 dias.
- e) Os fundos disponíveis no final de 2015 ascendiam a 1.271.031,69 €.

19. Nos termos do aprovado pelo Exmo. Órgão Executivo do Município e do verificado nos documentos de prestação de contas da empresa municipal "EMCEL", dando cumprimento às regras previstas (artigo 61.º) da Lei n.º 50/2012 (atividade empresarial local), no ano de 2016 deverá ocorrer a internalização daquela entidade. A concretização deste efeito deverá implicar alterações por acréscimo ao nível da despesa, dos compromissos assumidos e das receitas, os primeiros pela assunção dos passivos e o último pela eventual alinação de ativos.

Viseu, 20 de abril de 2015

O Revisor Oficial de Contas

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282

Representada por José Manuel Pina Paiva, ROC n.º 1539